

RESENHA

SERRANI, Silvana M. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

LÍNGUA DE QUEM? NOSSA? DO OUTRO? LÍNGUA DA NAÇÃO?

Giselly Tiago Ribeiro AMADO
<gisellyamado@yahoo.com.br>

A obra *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade* é uma publicação em consequência à tese de doutorado da professora Silvana Mabel Serrani, pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas desde 1981 em Análise do Discurso (AD) com concentração em linguagem e identidade, além do ensino de línguas.

A autora divide o texto em duas partes subdivididas em sete capítulos antes de tecer as considerações finais. Na primeira parte ela trabalha as definições dos termos “Discursividade, Paráfrase, Ressonância de Significação” em três capítulos e nos próximos quatro capítulos ela analisa aspectos metodológicos para o estudo discursivo numa abordagem sociocultural e as contradições intrínsecas e extrínsecas presentes no discurso.

Serrani declara que os objetivos da obra compreende a análise das paráfrases na constituição dos significados socioculturais e para tal, entende que a materialidade do discurso é linguística e histórica. Ao mesmo tempo, demonstra concretamente através da pesquisa realizada sobre as representações da língua espanhola na Argentina, no início do século XX, momento crescente da imigração europeia no Cone Sul latino-americano. Esse cenário provocou a reflexão a respeito da relação Espanha e Ibero-América, que repercute na formação da identidade ibero-americana, a partir das questões históricas da discursividade sobre língua e nacionalidade na América do Sul.

Após referendar alguns conceitos em AD em concordância aos apresentados por Pêcheux, Orlandi, Courtaine, Bonnafous, Léon e Marandin, a autora apresenta sua concepção de paráfrase como “ressonância interdiscursiva de significação que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido” (p.14) e propõe explicar as relações discursivas dentro de padrões de repetição, denominados “esquemas interdiscursivos de repetibilidade (EIR)” (id.).

Existe uma linearidade nos estudos da paráfrase dentro dos processos discursivos observados desde o final da década de 1960, época em que outras áreas como história, filosofia, sociologia e psicanálise se ocupavam do discurso como problema. A AD se estabelece num contexto de concordância com essas áreas externas à linguística, mas também em confronto com alguns posicionamentos empíricos e passa por etapas de desenvolvimento com importantes contribuições do filósofo Michel Foucault que vê o sujeito como um composto histórico, longe de estar livre dos mecanismos geridos pelas regras das práticas discursivas.

Num primeiro momento, a AD concebia o corpus fechado e estável produzido em condições homogêneas, assim a análise era interpretativa, no máximo era produzida uma interpretação a partir da comparação de discursos heterogêneos. Na segunda etapa de desenvolvimento, percebe-se que a palavra não tem sentido próprio em si mesmo, ou seja, elas têm significados diferentes dependendo do contexto, assim, a língua não é autônoma, mas relativa. Já a paráfrase, passa a ser a questão principal nos estudos discursivos, considerada não mais como classe de equivalência ou de estabilidade, mas tomada de efeitos de deslocamento dentro dos processos de argumentação e contradição que a permeia.

São sintetizados e organizados os trabalhos linguísticos sobre a paráfrase em três classes: A) Relação de sinonímia-identidade: estudos dentro da sintaxe; consideram como pressupostos que as frases são estáticas e entendidas pelo consenso dos sujeitos, assim, o sentido estabelecido entre as frases parafrásticas é sempre equivalente. B) Relação de não-sinonímia: desconsidera-se as diferenças semânticas levando em conta apenas os elementos extralinguísticos, essa concepção está vinculada à teoria do signo de Saussure. C) Relação de sinonímia-equivalência: enfatiza a polifonia da linguagem, explicando como um enunciado pode ter várias interpretações e que às vezes uma delas pode assemelhar-se a outro enunciado.

Ficou definido que a partir do terceiro capítulo, ao utilizar o termo paráfrase a autora queria indicar os “funcionamentos parafrásticos das unidades linguísticas no discurso” (p. 43), porque a paráfrase não tem validade universal, já que o discurso é o lugar do “mal-entendido, da disputa” (id.) e não há unanimidade entre os falantes. Segundo Serrani, Michel Pêcheux adverte que a posição binarizante é estática e se aproxima das ciências exatas num afã de dicotomizar as

metalinguagens para que não haja ambiguidades, então, cabe às ciências da linguagem tratar o equívoco como estrutural e próprio da língua.

Ainda em Pêcheux a autora extrai o conceito de correferência como o que está em questão no discurso como efeito de identidade estável e a anáfora é o mecanismo linguístico em que se realiza esses efeitos. Já a glosa tem como característica ser explicativa e não tem a obrigatoriedade de estar na sequência do enunciado a ser explicado. De acordo com Serrani, a glosa está situada “no limiar do intertexto [...] na passagem entre o intradiscurso e o interdiscurso” (p. 46), a reformulação está no nível do intradiscurso e a paráfrase no nível do interdiscurso. Sendo assim, a interpretação é uma tomada de posição e as paráfrases têm seus significados concretos no discurso.

Ao iniciar a segunda parte do livro, a autora retoma a explicação de como se davam as análises dos enunciados nos anos de 1960 e 1970 com o tratamento do corpus de forma homogênea com uma proximidade à Linguística Descritiva. Até meados de 1980 o enfoque era contrastivo e consideravam que havia singularidades nos discursos pertencentes aos grupos sociais, o que possibilitava o reconhecimento dos membros de cada grupo. Serrani admite que seja muito importante o deslocamento da noção de contraste para a categoria de contradição, para esse trabalho, por isso, cita Orlandi (1983, p. 115)¹, que estabelece “o funcionamento discursivo como a atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas”, o que promove a análise num nível do interdiscurso.

Ao apresentar o corpus da pesquisa a autora explica que adotou um tipo complexo composto por materiais de arquivo com predominância do gênero ensaio, cujas ideias costumam aparecer como se fossem opiniões pessoais. Alguns deles são cartas abertas publicadas em periódicos da época, em que a taxa de crescimento da imprensa era maior que o demográfico na Argentina de 1880. A época da passagem do século XIX para o século XX foi marcada por grandes transformações sociais provenientes da imigração europeia: “637 mil entre 1881 e 1890; 1.004.000 entre 1891 e 1900, e 1.200.000 entre 1901 e 1910” (p. 59).

¹ Ver: ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Serrani organizou o corpus seguindo a proposta feita por Foucault: “o da formulação – sequência linguística efetivamente produzida – e o do enunciado – esquema governado pela ordem da repetibilidade” (p. 60). Ela determinou as condições discursivas levando em conta as situações e a temporalidade dos eventos. Considerou também, o papel da memória discursiva em Foucault: “o domínio da memória, o domínio da atualidade, e o domínio de antecipação” (p. 61), não com interpretação cronológica, mas com uma abordagem processual, que tem como resultado os efeitos da atualidade conseguidos pelos desdobramentos da memória.

A autora adotou como procedimento analítico uma observação das especificidades do corpus. Primeiro fez o “levantamento das formulações de referência” (p. 64) procurou entender através do estudo do discurso, como a imigração influenciou a língua do Rio da Prata. Em segundo lugar levou em conta o contexto das formulações de referências, depois explorou os tipos de interdiscurso distinguindo-os como “domínio de memória, de atualidade e de antecipação” (p. 65), assim estabeleceu o corpus discursivo em sub-corpora. Num quarto momento do trabalho, ela elaborou o esquema interdiscursivo de repetibilidade e por último articulou os planos do interdiscurso e do intradiscorso. Nesse momento Serrani acrescenta que os recortes do corpus apresentados não se restringem a meros exemplos, mas devem ser entendidos como revelações dos resultados das análises.

No capítulo cinco a autora detalha a análise e estabelece que a sequência discursiva de referência para o trabalho foi a frase nominal “La cuestión del idioma” e observa que na literatura há “uma concepção de linguagem excessivamente linear para a abordagem do fenômeno anafórico” (p. 71). Serrani entende que a utilização do substantivo ‘cuestión’ provoca uma tomada de posição e tem como consequência a necessidade de uma ação.

Após estabelecer o esquema interdiscursivo de repetibilidade nas produções parafrásticas, Serrani aproximou ‘la cuestión’ com ‘assunto’, em outro instante percebeu que havia contradição no discurso de referência que associou ‘cuestión’ a ‘problema’ explicando que “trata-se de uma contradição intrínseca porque apesar da diferença na maneira de formar os enunciados, os sentidos das proposições envolvidas não são substancialmente opostos” (p. 79) e apontou que em outros momentos o emprego de ‘cuestión’ refere-se à ‘luta’.

No nível do enunciado as expressões “‘elementos nuevos y vigorosos’, ‘masa’, ‘buenas reglas’, estabilidad’, ‘progreso’” (p. 82) estão ligados à língua e conectados à sociedade-nação em que valorizam a mudança social promovida pela imigração. Nesse trabalho, a autora acredita que foi constatado “um predomínio dos funcionamentos: encobridor de ações diretivas, oficializador e justificador do discurso” (p. 83), em alguns momentos o uso de verbos na terceira pessoa foi demarcado como intenção de impessoalidade, indefinição, já em outros, a linguagem riopratense marca uma contradição derivada presente na oligarquia da época.

No capítulo seis, Serrani apresenta as ressonâncias da frase nominal ‘nuestra lengua’, em que nossa língua aparece reforçando a ideia de ‘nossa’ nação e a necessidade da consolidação da emancipação da Espanha, o que corrobora com o fim do período colonial, ‘nuestra lengua’ se aproxima de tradição e também tem a intenção de fortalecer a nação como soberana. Verificou-se ainda nesse capítulo, em seis sequências discursivas de referência, formulações que expressam as causas, ou seja, “os efeitos de sentido são produzidos a partir de construções que apresentam a causa de uma dada ação ou estado” (p. 99), o que a autora acredita tratar de uma forma de legitimação do enfoque dado em consequência do objeto do discurso.

A autora, no capítulo sete, sinaliza os efeitos da análise sobre a língua correlacionada à “formação discursiva (FD) oligárquica argentina, no momento da enorme imigração na passagem do século” (p. 109). Para tal, relembra as noções de imaginário para a AD como “um componente inalienavelmente presente em todo material significativo” (id.) e afirma que em Pêcheux as formações imaginárias se aproximavam de projeção, no sentido que outras disciplinas estabeleciam os dados empíricos que produziam o discurso.

Através das contribuições de Lacan à psicanálise ficou-se estabelecida a teoria da subjetividade em que estão presentes o real, o simbólico e o imaginário. Sendo assim, a realidade para o sujeito se dá a partir “das relações de semelhança e dessemelhança [...] de termos relacionados e sobre as quais se baseiam as classes de objetos [...] em um espaço e em um tempo” (p. 110). Para a autora o imaginário é o espaço em que os objetos se ligam. Assim, ela observou que “é construído o imaginário do lugar social da FD oligárquica como o único cabível para avaliar e propor ações relativas ao bem geral da nação” (p. 111). Já as reflexões a respeito da frase nominal ‘nuestra lengua’ levam a noção de língua legítima. O imaginário de cidadão foi

“configurado [...] pelas ressonâncias, materializadas em construções incisivas, que exprimem argumentos de raça e de sangue” (id.).

Foram estabelecidas três modulações da FD oligárquica argentina sobre a língua na época da imigração europeia. A primeira era que não havia problema em relação à língua, ou em se tratando das transformações da língua, não está presente nos enunciados a responsabilidade dessas mudanças relacionadas ao processo imigratório. Na segunda modulação já se percebe que a academia admitia a existência de problemas na língua e também a necessidade de dissecá-los. Uma ponderação da autora a partir das considerações sobre as modulações da FD de referência é que a discursividade não pode se enquadrar em esquemas estanques (p. 113). A terceira modulação estabelece uma relação de contradição derivada entre as outras duas e há exposição de forte oposição entre elas.

Serrani finaliza enfatizando que a AD é um programa de reflexão com traços de sustentação de uma posição crítica e que nesse entendimento, a língua legítima riopratense destacada como ‘nuestra lengua’ mudava “ora em prol de uma língua distanciada da espanhola, ora de uma língua à espanhola” (p. 119). Assim, a autora compreende a paráfrase como possibilidade de entender “‘nuestra lengua’ enquanto marca do lugar do poder como ‘Outro’ que constitui o lugar de enunciação da FD oligárquica” (id.).

A autora acredita que o esquema interdiscursivo de repetibilidade pode funcionar também como “hipótese para trazer à tona as restrições interdiscursivas que antecedem a enunciação, os pré-construídos da memória discursiva enquanto estruturas que prendem, inscrevem o sujeito em um dizer que o organiza, independentemente de sua vontade (p. 120)”. Assim, ela propõe que se faça uma análise que vá além das oposições esquemáticas realizadas e que o sujeito possa ser considerado como produto de linguagem.

Apesar de essa obra ser bastante densa e exigir do leitor a familiarização com a literatura específica, recomendo a leitura para todos os interessados em estudos da linguagem, porque a autora trabalha de forma metódica e detalhada vários conceitos essenciais para a AD e também para a construção de seu trabalho, assim, ela consegue demonstrar como foi elaborada sua análise. Já para os estudiosos do assunto, essa obra se configura como fonte de pesquisas

tanto para o entendimento do encadeamento teórico analítico de como se dá uma análise sob a metodologia com oposições esquemáticas, quanto propicia reflexões enriquecedoras sobre o que seja língua estrangeira numa perspectiva discursiva.



*Artigo recebido para publicação em 04 de fevereiro de 2015
Aprovado para publicação em 15 de agosto de 2015*

COMO CITAR ESTE RESENHA?

AMADO, Giselly Tiago Ribeiro. Língua de quem? Nossa? Do outro? Língua da Nação (Resenha da obra SERRANI, Silvana M. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997). Revista *Temporis [Ação]* (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 15, n. 01, p. 162-168 de 168, jan./jun., 2015. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/view/187/showToc>> Acesso em: < inserir aqui a data de acesso >